



Política de Coesão da União Europeia: Processos de negociação e programação

Duarte Rodrigues
Vice presidente da
Agência para o Desenvolvimento e Coesão
ISCTE, 21 de abril de 2017

Tópicos:

1. A evolução da Política
2. A relevância do contexto
3. O *roadmap* do processo
4. Temas centrais
5. Temas recorrentes



1. Os contextos de negociação

A racionalidade da Política de Coesão

- Objectivo principal - promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União e, em especial, contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões mais desfavorecidas (Tratado);
- Permitir que todas as regiões beneficiem da integração europeia;
- Alargamento do mercado interno;
- Concilia a solidariedade e a equidade na afectação territorial de recursos com a competitividade e a eficiência na sua utilização.

Sinopse histórica

A promoção do desenvolvimento harmonioso, enquanto objetivo Comunitário, remonta ao **Tratado fundador - Tratado de Roma (1957)**;

1964 – Reconhecida pela CE a necessidade de uma solução Comunitária coordenada para a correcção das disparidades regionais de desenvolvimento.

1958 – Entrada em vigor do FSE, já inscrito no Tratado de Roma;

1975 – Entrada em vigor do FEDER, cuja criação ficou associada ao primeiro alargamento em 1973 (Irlanda, Dinamarca e Reino Unido) e ao objectivo da União Económica e Monetária;

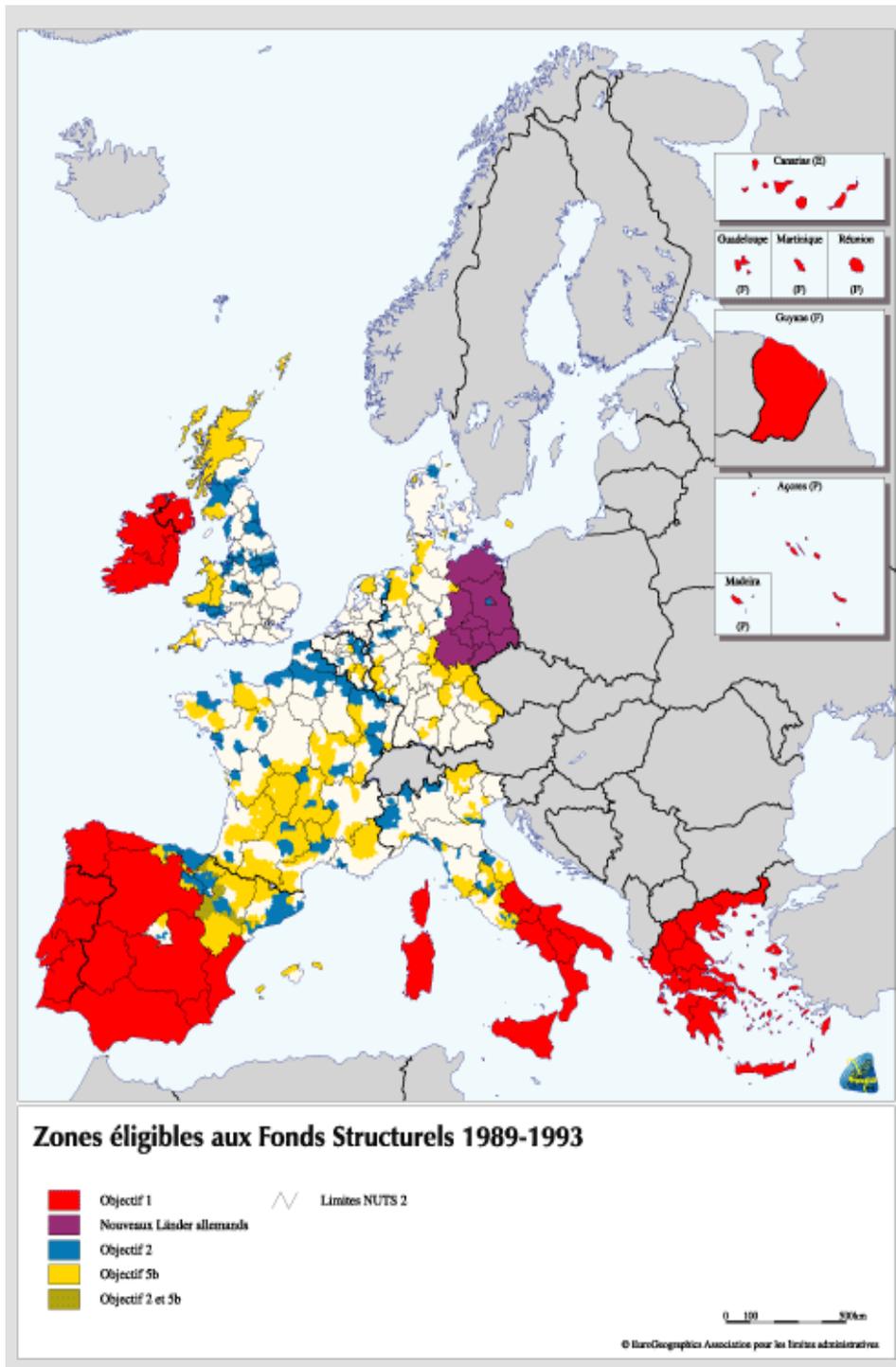
1993 – Entrada em vigor do Fundo de Coesão, criado no âmbito do Tratado da UE;

1986 – Política de Coesão assume maior relevância como forma de auxiliar as regiões menos desenvolvidas a ajustar-se aos choques resultantes da integração de mercados, na sequência do Acto Único Europeu.

1988 - Adopção do primeiro regulamento dos Fundos estruturais sob o chapéu da Política de Coesão, no âmbito do “pacote Delors I”.

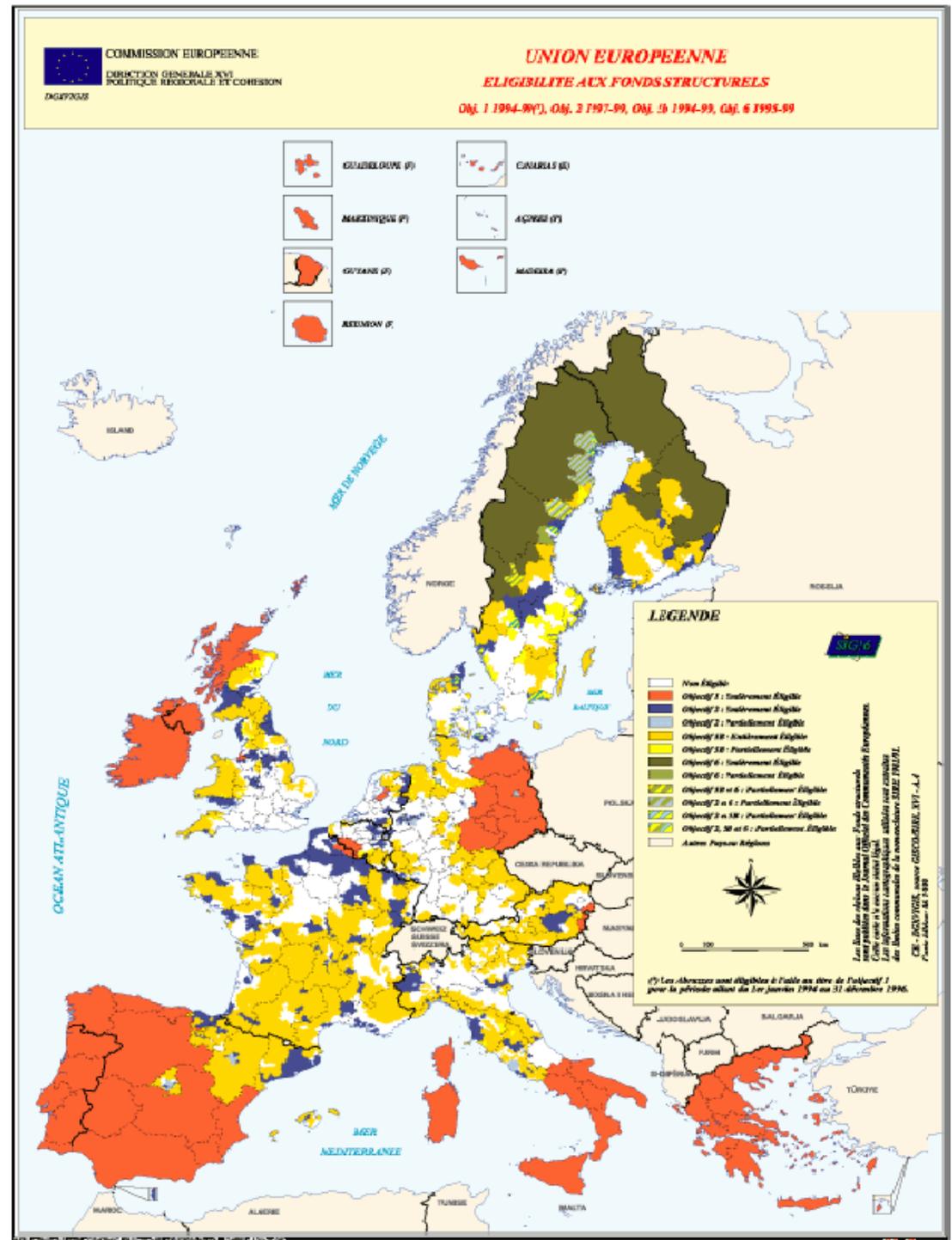
1989 - 1993

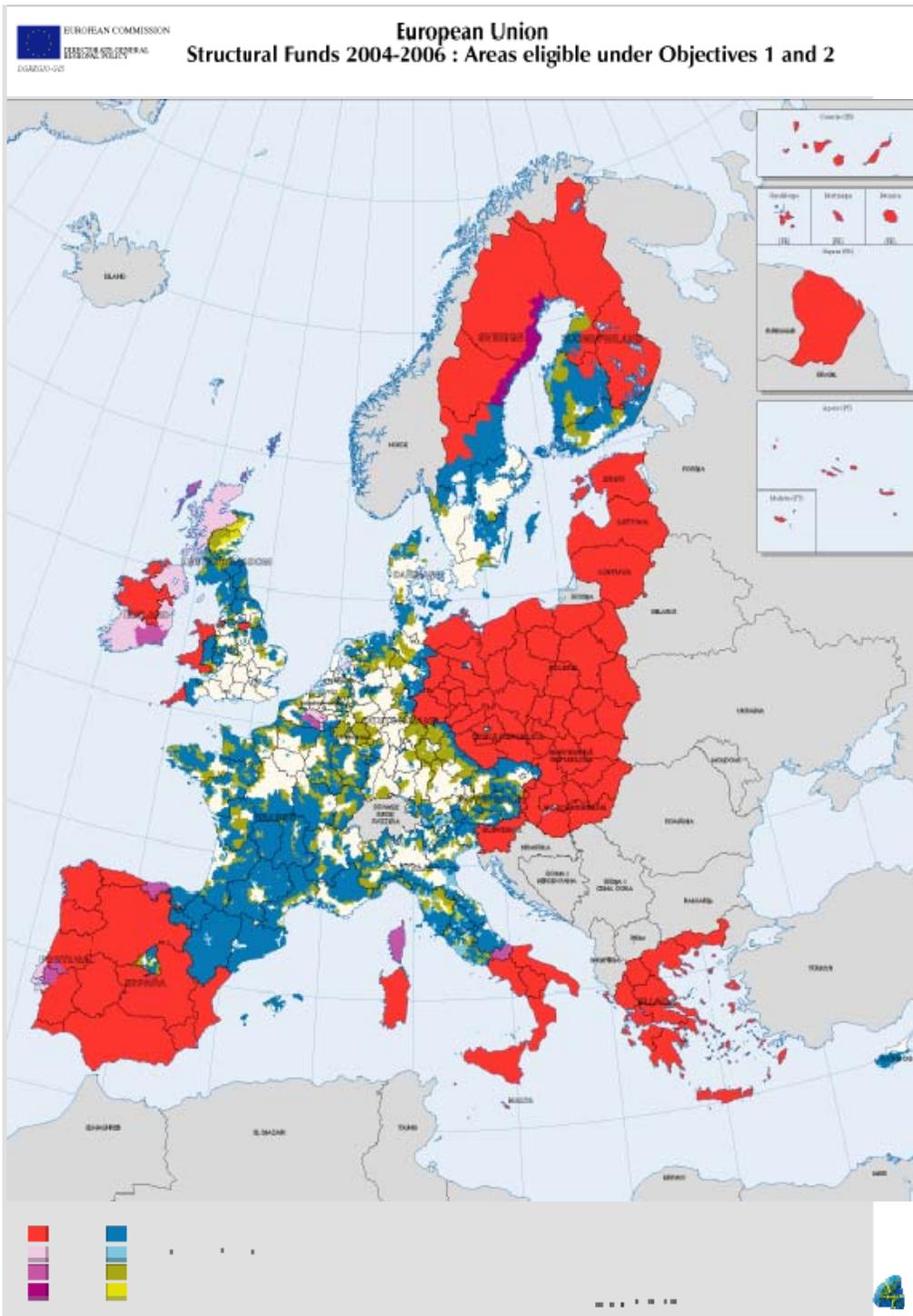
- Integração dos Fundos Estruturais
- Regras de administração normalizadas
- Gestão descentralizada
- Aumento do orçamento dos Fundos Estruturais até 14 mil milhões de ECU por ano (cerca de 20% do orçamento da UE)



1994 - 1999

- Simplificação de procedimentos
- Novos instrumentos. Fundo de Coesão e instrumento das pescas
- Aumento do orçamento dos Fundos Estruturais até 32 mil milhões de ECU/ano (cerca de 30% do orçamento da UE)



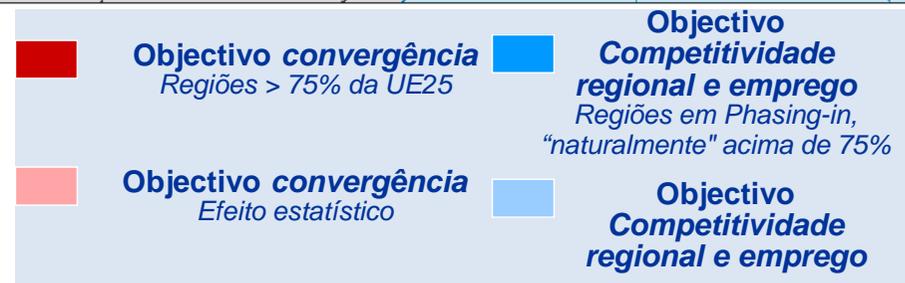
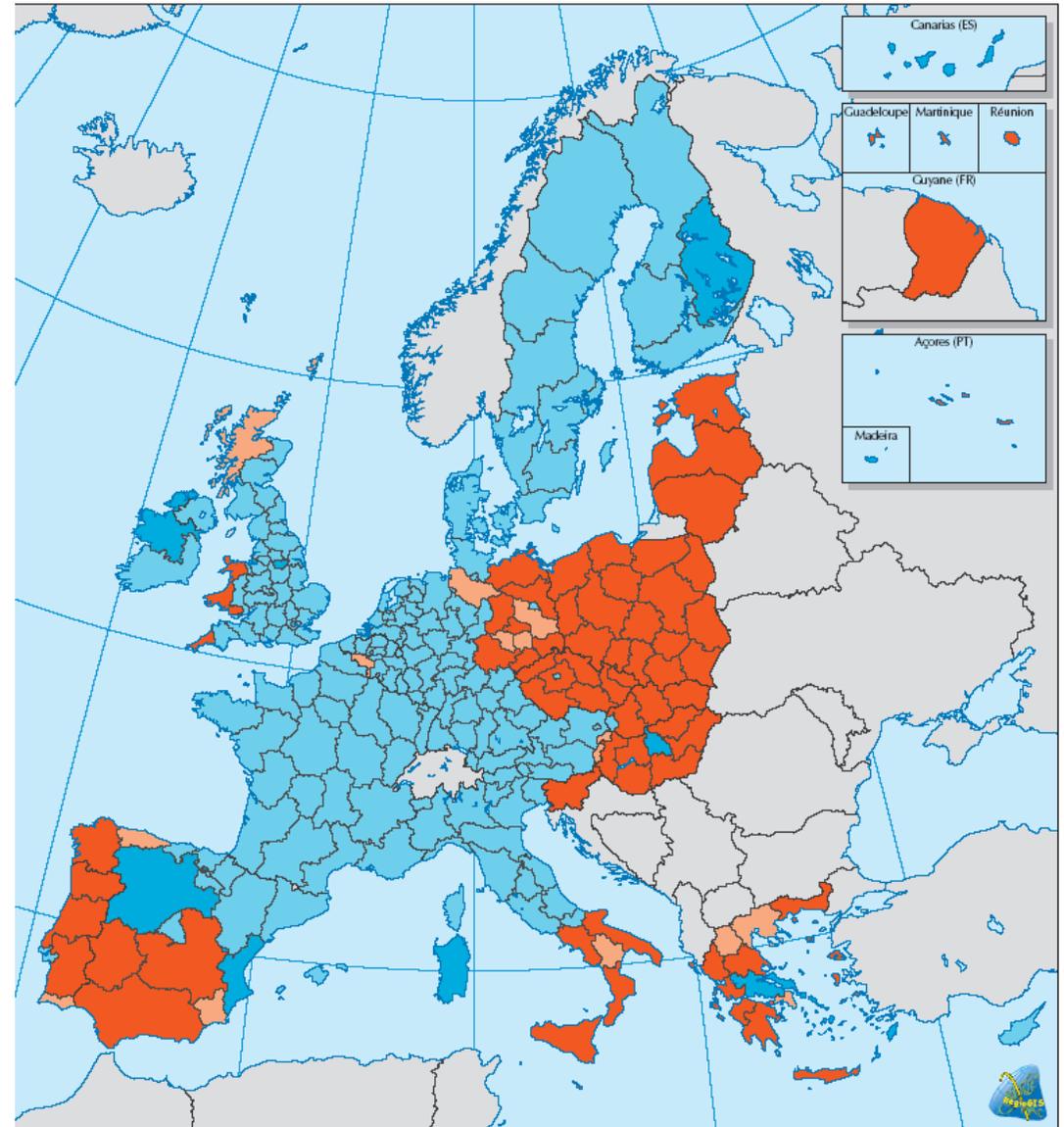


2000 - 2006

- Concentração das regiões abrangidas e eliminação progressiva dos recursos financeiros (*Phasing-out*)
- 3 Objectivos comuns
- Introdução dos instrumentos estruturais de pré-adesão para os candidatos (ISPA)
- Aumento do orçamento dos Fundos Estruturais até 38 mil milhões de €/ano (cerca de 33% do orçamento da UE)

2007 - 2013

- Abordagem mais estratégica – Orientações estratégicas para a Coesão;
- Focalizada na Agenda de Lisboa Revista (e.g. earmarking);
- Mais relevante no orçamento da UE (35,7%);
- Simplificação (e.g. menos regulamentos; menos objectivos, mono-fundo, proporcionalidade em matéria de controlo, maior flexibilidade nacional na definição das elegibilidades);
- Descentralização – papel mais relevante das regiões e agentes locais;



2014 - 2020

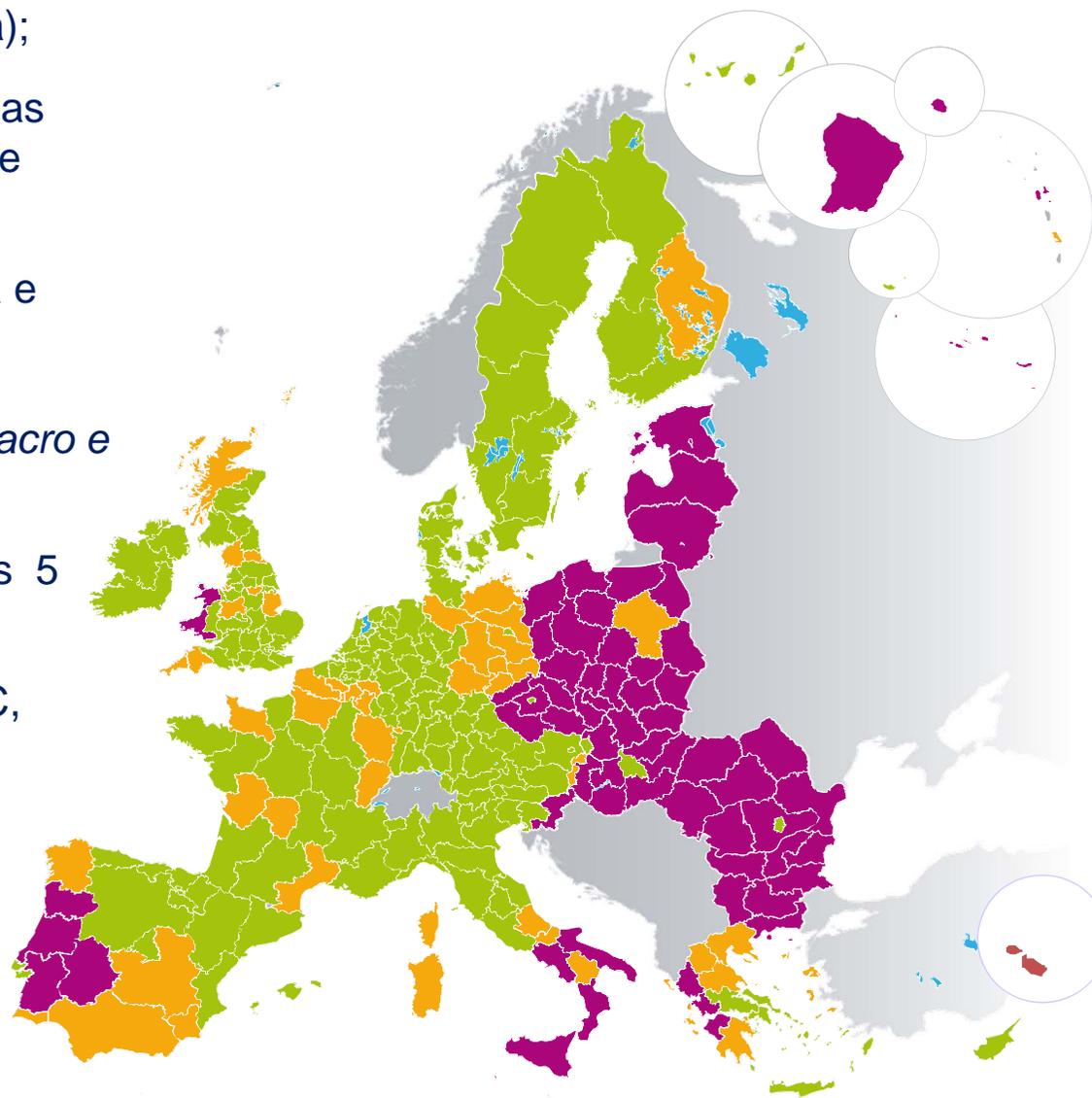
- Maior foco estratégico (Europa 2020, QEC, AP e concentração temática);
- Orientação para resultados (cadeias lógicas de intervenção e quadro de desempenho);
- Alinhamento com UE 2020 e PNR e integração no novo quadro de governação económica (semestre Europeu), e condicionalidades (*macro e ex ante*)
- 1/3 do orçamento da UE (42% nos 5 FEEI);
- Abordagens Territoriais (ITI, DLBC, AIDUS) e Governação multinível
- Mais Instrumentos Financeiros

3 categorias de regiões

PIB/capita*

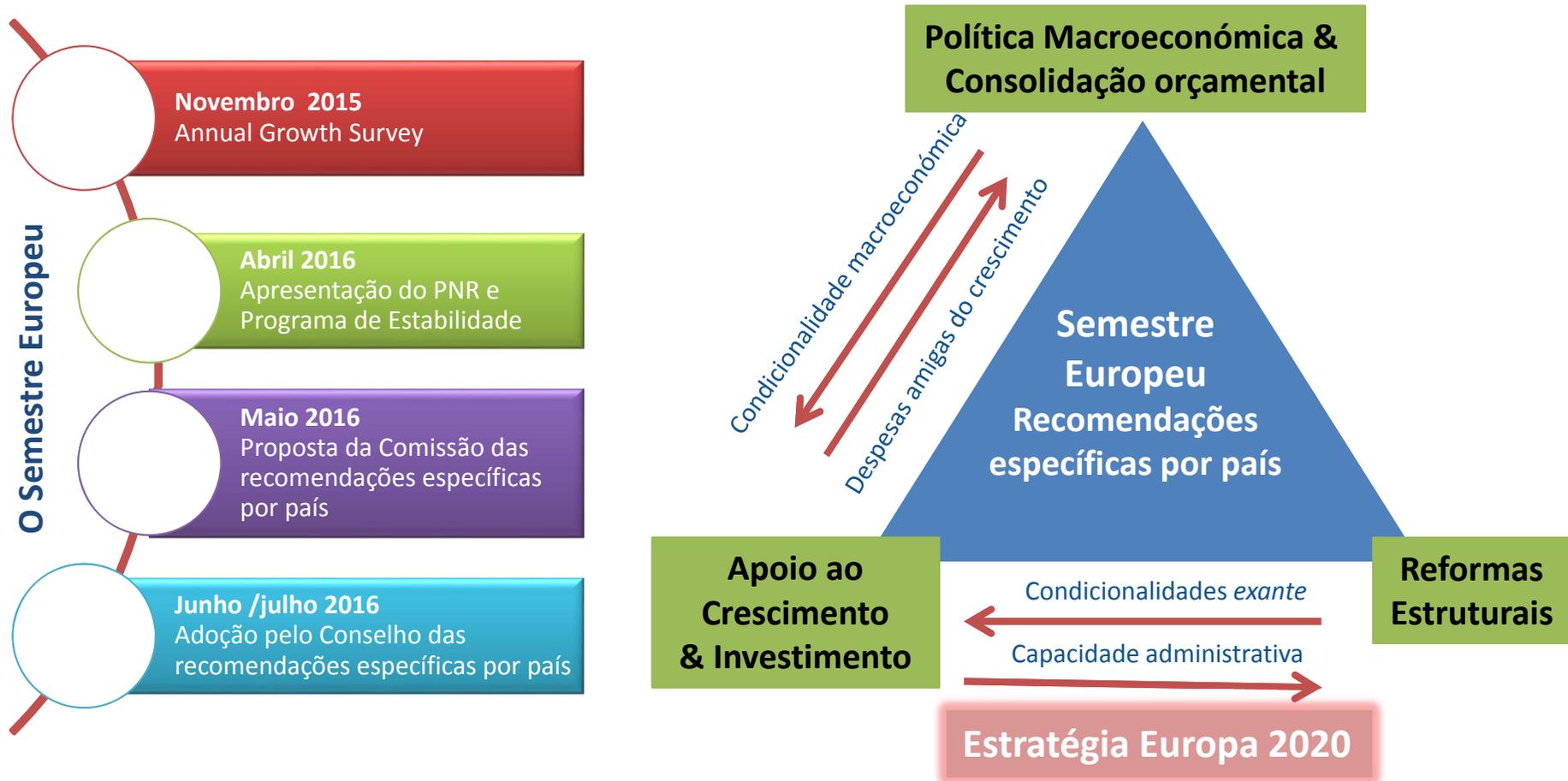
*índice EU27=100

- Regiões menos desenvolvidas < 75 % da média UE
- Regiões em transição 75-90 %
- Regiões mais desenvolvidas > 90 %



Alinhamento com o Semestre Europeu

(Interdependência das Políticas Económicas 2014-2020)



A relevância do contexto

O contexto tem implicações no processo e no resultado

- Ciclo económico – dimensão orçamental, alavancagem, quadro de controlo e reorientações;
- Conjuntura/confiança sobre o processo de construção europeia – tempo negocial, sistema de controlo, condicionantes e ligações à governação económica;
- Enquadramento institucional (e.g. Presidente do Conselho Europeu e co-decisão do Parlamento Europeu) – processo negocial e respetiva revisão, reporte;
- Novas prioridades e o seu enquadramento no orçamento e nas políticas da UE – processo negocial, tipo de gestão (centralizada vs. partilhada);
- A sinalização de prioridades políticas por via de instrumentos financeiros próprios (e.g. IEJ) – dimensão orçamental, reporte;

Roadmap do processo

Um longo processo...exemplo do Portugal 2020

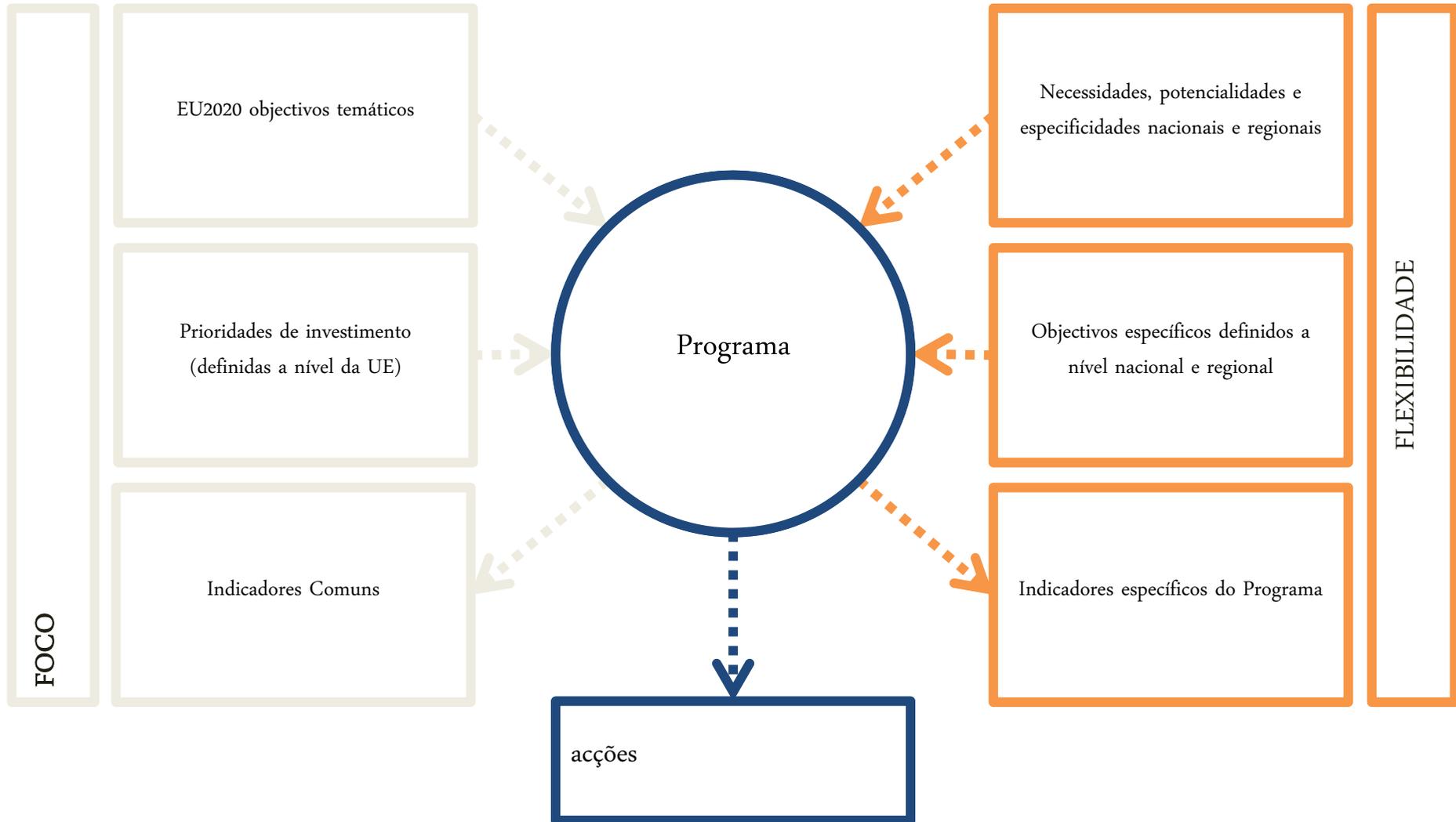
- Debate Europeu e Nacional sobre o futuro da União a propósito da revisão orçamental – 2010
- Revisão da Estratégia de desenvolvimento da União – 2010
- Proposta de QFP para o período seguinte e início da sua negociação – 2011;
- Proposta de quadro regulamentar para a Política de Coesão e início da sua negociação – 2011;
- Acordo no Conselho e no parlamento sobre o QFP – 2013;
- Acordo sobre o quadro regulamentar – 2013 (regulamentos publicados em dezembro);
- Início da negociação informal entre EM e COM – 2012/2013;
- Aprovação do AP em julho 2014 e aprovação dos PO em dezembro 2014;
- Primeiros avisos 2015;
- Comissões de acompanhamento – 2015;
- Primeiras designações e primeiros pedidos de pagamento à COM – 2015.

Temas centrais

Temas centrais

- O valor acrescentado europeu das políticas europeias;
- A capacitação institucional existente – estratégias e instituições;
- A necessidade/capacidade de implementar inovações na política pública;
- A escala territorial adequada - políticas setoriais e políticas territoriais;
- Uma tendência pesada para um reforço da integração e articulação das política públicas...mais exigente no quadro institucional;
- O modelo de gestão que garanta – regularidade, celeridade e qualidade.
- A adicionalidade dos fundos europeus
- A tensão execução/resultados
- O difícil equilíbrio entre foco e flexibilidade

Equilíbrio Foco-Flexibilidade



Temas recorrentes

Temas recorrentes...

- O calendário de negociação e implementação;
- Valor acrescentado Europeu e resultados da Política de Coesão;
- Política para todas as regiões ou apenas para as menos desenvolvidas;
- Alinhamento com governação económica e estratégia europeia;
- Objetivos próprios vs contribuição para objetivos de outras políticas;
- A aferição do nível de desenvolvimento (“*Beyond GDP*”);
- Simplificação, proporcionalidade e diferenciação;
- As formas de financiamento;
- A parceria e o envolvimento dos atores.

Obrigado